

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do primeiro semestre de 2012 do Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. – Banco de Investimento (“SC Brasil”), elaborados em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional e Lei das Sociedades por Ações.

Em meados de 2009, o acionista majoritário do SC Brasil, Standard Chartered Bank, formalizou pedido ao BACEN para a incorporação de um banco de investimento com autorização para operar no mercado de câmbio no país. Através de ofício datado de 20 de abril de 2010, o BACEN aprovou a licença e o Banco iniciou suas operações no mercado local em maio de 2010.

Com o fortalecimento das relações comerciais do Brasil com países da Ásia, África e Oriente Médio, regiões onde o Grupo Standard Chartered Bank (“Grupo”) está presente há mais de um século, o Brasil passou a ser um mercado estrategicamente importante dentro do Grupo. Nesse contexto, o foco inicial do SC Brasil foi intensificar os relacionamentos com os clientes locais e internacionais. Os produtos oferecidos desde então são concentrados nos segmentos de câmbio, juros e tesouraria e, dentre aqueles previstos no plano de negócios original apresentado ao Banco Central do Brasil, apenas os produtos com características de concessão de crédito ainda não estão disponíveis.

O monitoramento do Plano de Negócios e do Planejamento Estratégico do Standard Chartered Bank Brasil é feito por meio de controles internos e relatórios específicos (qualitativos, quantitativos e de ambiente macroeconômico).

Em junho de 2012, o plano de estratégia da instituição do Brasil para os próximos 5 anos foi apresentado ao Board Mundial do Standard Chartered, onde obteve-se sinalização positiva para o andamento de estudos de viabilidade dos produtos com características de concessão de crédito previstos no Plano de Negócios.

Balancos Patrimoniais em 30 de Junho de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

Ativo	2012		2011	
	R\$ mil	milhões	R\$ mil	milhões
Circulante	1.395.960	610.819	1.339.562	363.580
Disponibilidades (nota 4)	19.595	1.926	232.034	31.183
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	403.449	384.598	221.959	31.183
Aplicações em operações comprorissadas	363.035	384.598	10.075	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.414	-	2.365	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (notas 6 e 7)	181.442	212.770	313.710	156.088
Carteira própria	22.191	101.631	313.710	156.088
Instrumentos financeiros derivativos	159.251	111.139	791.453	176.309
Outros créditos	791.391	11.140	791.453	176.309
Carteira de câmbio	722.047	-	257	27
Rendas a receber (nota 8)	4.022	2.028	24.788	2.858
Negociação e intermediação de valores (nota 9)	62.116	6.004	29.744	168.511
Diversos (nota 10)	3.206	3.108	4.219	2.773
Outros valores e bens (nota 11)	83	385	83	385
Despesas antecipadas	83	385	83	385
Não Circulante	447.857	141.340	447.857	141.340
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	86.371	-	86.371	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	86.371	-	86.371	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (notas 6 e 7)	258.978	141.281	258.978	141.281
Carteira própria	45.598	18.131	45.598	18.131
Vinculados à prestação de garantias	193.015	90.653	193.015	90.653
Instrumentos financeiros derivativos	20.366	32.497	20.366	32.497
Outros créditos	102.507	59	102.507	59
Carteira de câmbio	99.937	-	99.937	-
Diversos (nota 10)	2.570	59	2.570	59
Permanente	470	437	470	437
Imobilizado de uso (nota 12)	470	437	470	437
Outras imobilizações de uso	605	495	605	495
(-) Depreciações acumuladas	(135)	(58)	(135)	(58)
Total	1.844.287	752.596	1.844.287	752.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 30 de Junho de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				
	Capital realizado	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajuste ao valor de mercado	Lucro ou prejuízo / período
Saldo em 31 de dezembro de 2011	178.257	446	7.840	1.412	-
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	-	-	2.508	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.835
Destinação:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	142	-	-	(142)
Reservas especiais de lucros	-	-	2.693	-	(2.693)
Dividendos	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2012	178.257	588	10.533	3.920	-
Mutações do período - primeiro semestre de 2012	-	142	2.693	2.508	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	178.257	89	1.217	112	-
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	-	-	(210)	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	3.959
Destinação:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	198	-	-	(198)
Reservas especiais de lucros	-	-	3.761	-	(3.761)
Dividendos	-	-	(1.217)	-	(1.217)
Saldo em 30 de junho de 2011	178.257	287	3.761	(98)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2012 - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: Com a internacionalização do mercado financeiro brasileiro nas últimas décadas e fortalecimento das relações comerciais do Brasil com países da Ásia, África e Oriente Médio, regiões onde o Standard Chartered Bank está presente há mais de um século, o Brasil passou a ser um mercado importante dentro da estratégia internacional do Grupo Standard Chartered. Em meados de 2009, o Standard Chartered Bank formalizou pedido ao BACEN para a incorporação de um banco de investimento com autorização para operar no mercado de câmbio no país. Através de ofício datado de 20 de abril de 2010, o BACEN concedeu a licença. O Banco iniciou suas atividades em 24 de maio de 2010, com o objetivo principal de apoiar e desenvolver negócios que envolvam a África, Ásia e Oriente Médio, com foco em um grupo seleto de clientes locais e multinacionais e oferecendo produtos nos segmentos de câmbio, juros e tesouraria. Em maio de 2012, o Banco completou seu segundo ano de atividades operacionais no Brasil. Nesse período inicial, o Banco procurou intensificar os relacionamentos pré-existentes com os clientes locais e promover um crescimento coordenado e estruturado no volume de operações.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. A data de aprovação das Demonstrações Financeiras de junho de 2012 foi de 23 de agosto de 2012.

3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Auração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas diariamente até à data do balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, na demonstração dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades e às aplicações em operações comprorissadas - posição bancada contratadas com prazo inferior a 90 dias. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pré-fixadas são registradas pelo valor principal, acrescido pelos respectivos encargos, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação “pro rata dia”, é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais “pro rata dia”. **d. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados pela administração, de acordo com a intenção de negociação independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, com o propósito de serem ativas e criadoras de contabilidade: **i. Títulos para negociação:** Adquiridos com o intuito de serem ativas e serem negociadas, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento; **ii. Títulos mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos das rendas auferidas em contrapartida ao resultado do período; **iii. Títulos disponíveis para venda:** Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultados e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos de renda fixa foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgados pela ANBIMA. **e. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge). As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionado no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza: **i. Hedge de risco de mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. **ii. Hedge de fluxo de caixa:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados da parcela efetiva do hedge, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido.

O parcelado não efetivo do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **f. Imobilizado:** A imobilização é registrada pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, equipamentos e instalações e 20% para sistemas de comunicação, processamento de dados, segurança e transportes. **g. Impairment de ativos não financeiros:** O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008, a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (Impairment), estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. **h. Outros ativos e passivos:** Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e a provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base pro rata dia). **i. Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda e a contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social e ajustados conforme legislação fiscal. Introduzido pela Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração observará o Regime Tributário de Transição (RTT) para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários, eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Reservas livres	219	1.058
Disponibilidades em moedas estrangeiras	19.376	868
Aplicações em operações comprorissadas	363.034	384.598
Total	382.629	386.524

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2012	2011
Aplicações no mercado aberto		
Operações comprorissadas - Posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.000	8.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	355.034	355.034
Total operações comprorissadas	363.034	363.034
Aplicações depósitos interfinanceiros		
Depósitos interfinanceiros	86.371	86.371
Depósitos em moeda estrangeira	40.414	40.414
Total depósitos interfinanceiros	126.785	86.371
Total	489.819	449.405

6. Títulos e valores mobiliários - TVM

	2012				
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado em 2012	Até 3 meses	De 1 a 3 anos
Títulos disponíveis para venda					
Carteira própria	44.429	1.289	45.718	120	45.598
LTN	44.429	1.289	45.718	120	45.598
Vinculados à prestação de garantias	187.770	5.245	193.015	-	193.015
LTN	187.770	5.245	193.015	-	193.015
Títulos para negociação					
Carteira própria	22.067	4	22.071	19.494	-
LTN	22.067	4	22.071	19.494	-
Total da carteira de TVM	254.266	6.538	260.804	19.614	238.613

7. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossas exposições e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias posições. Contratos futuros de moedas estrangeiras são compromissos para comprar e vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. Para esses instrumentos, são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado. Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA ou agente de mercado, quando necessário. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios: - Futuros e Termo: cotações extraídas da BM&FBOVESPA; - Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando preços BM&FBOVESPA e preços de commodities, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&FBOVESPA; - Opções: modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço spot da mercadoria. Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil. O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística que permitem ao Banco controlar estes fatores em operações com instrumentos financeiros derivativos. Em 30 de junho de 2012 e 2011, o Banco não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados para fins de hedge de risco de mercado e hedge de fluxo de caixa. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue: **a. Composição por Indexador:** Os valores a receber e a pagar de operações a termo estão registrados na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” e de operações de futuros na rubrica de “Negociação e intermediação de valores”. Os valores referenciais estão registrados em contas de compensação.

Composição por Indexador (R\$ mil)	2012		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor referencial
Operações de swap	30.701	(24.146)	2.970.699
Posição comprada	-	(23.990)	681.492
Cupom cambial - DDI	8	(156)	2.289.207
DI de 1 dia	-	-	-
Posição vendida	62.108	(630)	1.838.658
Cupom cambial - DDI	61.432	-	1.719.811
DI de 1 dia	1	(10)	10.582
Dólar	675	(620)	108.265
Operações a termo	145.780	(27.048)	2.276.224
Posição comprada	122.423	(5.825)	2.128.580
DOL	1.921	(381)	126.802
EUR	20.842	(20.842)	20.842
LTN	20.842	(20.842)	20.842
Posição vendida	3.433	(2.960)	296.490
DOL	3.170	(1.692)	187.045
EUR	263	(1.268)	109.445

Composição por Indexador (R\$ mil)	2011		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor referencial
Operações de swap	34.578	(1.163)	729.104
Dólar x Pré	476	-	8.974
CDI x Dólar	1.606	-	14.034
CDI x Libor	32.496	-	348.175
Libor x Dólar	-	(1.136)	348.175
Pré x CDI	-	(27)	18.200
Operações com futuros	6.004	-	21.510
Posição comprada	-	2.858	1.144.076
Cupom cambial - DDI	4.443	-	333.735
DI de 1 dia	21	135	810.341
Posição vendida	6.004	-	715.802
Cupom cambial - DDI	4.443	-	521.510
DI de 1 dia	21	-	7.563
Dólar	1.540	-	198.065
Operações a termo	102.242	169.803	1.209.950
Posição comprada	-	67.242	1.107.708
LTN	102.242	102.561	102.242
Posição vendida	2.839	40	111.365
DOL	2.839	40	111.365

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Ativo	2012		
	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado
Total	265.942	(86.325)	179.617
Operações de swap	30.704	(3)	30.701
Operações a termo	235.238	(86.322)	148.916
Passivo	148.106	(28.832)	119.274
Operações de swap	148.427	(27.161)	121.266
Operações a termo	31.679	(1.671)	30.008

c. Composição do valor nominal por vencimentos: As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à BM&FBOVESPA são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 193.015 (R\$ 90.653 – jun/2011) registradas com vinculados à prestação de garantias.

Operações de swap	2012				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Operações de futuros - Comprada	165.444	-	1.644.451	336.060	2.145.955
Operações de futuros - Vendida	755.254	1.184.062	956.298	75.085	2.970.699
Operações a termo - Vendida	654.115	1.032.144	142.306	10.093	1.838.658
Operações a termo - Comprada	940.174	1.154.345	176.000	5.705	2.276.224
Operações a termo - Vendida	141.830	104.823	49.837	-	296.490

d. Composição do resultado por contrato: Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado, estão demonstrados a seguir:

	2012	2011
Contratos	(24.396)	29.873
Swap	-	561
Futuro	90.362	(94.867)
Termo	(47.654)	52.674</

(...Continuação)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2012 - (Em milhares de Reais)

	2011		
	Abertura	Aquisições / depreciações	Residual
Imobilizado de uso			
Imobilização em curso	239	1	240
Móveis e equipamentos de uso	123	(8)	115
Sistema de comunicação	20	-	22
Sistema de processamento de dados	62	-	53
Instalações	15	-	7
Total	459	69	437

13. Depósitos a prazo e interfinanceiros

	2012			2011
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total	Total
A prazo				
Não ligadas	221.959	83.931	305.890	222.291
Interfinanceiros				
Não ligadas	10.075	-	10.075	13.247
Total	232.034	83.931	315.965	235.538

Os contratos são fechados a taxas de mercado e oscilam entre 7,36% e 7,63% a.a. para os contratos Pré e para os contratos indexados ao CDI, as taxas oscilam entre 98% e 104% do CDI.

14. Obrigações por empréstimos e repasses: São representados por recursos captados em bancos no exterior em Dólar (US\$), junto às instituições financeiras do Standard Chartered à taxa de juros de 0,72% ao ano.

	2012			2011
	R\$ mil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 3 meses
Obrigações por empréstimos e repasses				
Exportações até 360 dias	131.521	111.235	20.286	-
Obrigações em moeda estrangeira - Outras	182.189	182.189	-	156.088
Total	313.710	293.424	20.286	156.088

15. Câmbio: A carteira de câmbio apresenta a seguinte posição em 30 de junho de 2012 (não havia posição aberta em junho de 2011):

	R\$ Mil	Vencimento		
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Câmbio comprado a liquidar	473.093	237.532	172.284	51.961
Exportação	215.407	214.195	-	-
Financeiro	13.539	3.435	-	-
Arbitragem	244.147	19.902	172.284	51.961
Direitos sobre venda de câmbio	360.208	157.941	154.290	47.976
Importação	10.049	10.049	-	-
Financeiro	128.881	128.881	-	-
Arbitragem	221.278	19.011	154.290	47.976
Câmbio vendido a liquidar	376.238	158.224	163.637	54.377
Importação	10.091	10.091	-	-
Financeiro	127.415	127.415	-	-
Arbitragem	238.732	20.718	163.637	54.377
Obrigações por compra de câmbio	451.254	248.649	153.631	48.975
Exportação	216.482	216.144	339	-
Financeiro	13.494	13.494	-	-
Arbitragem	221.278	19.011	153.292	48.975

16. Outras obrigações

a. Cobrança e arrecadação de tributos - Refere-se ao IOF a recolher sobre operações de câmbio no montante de R\$ 257 (R\$ 27 - 2011).

b. Fiscais e previdenciárias

	2012	2011
Provisão de IRPJ/CSLL	7.240	1.833
Provisão de PIS/COFINS	858	72
Provisão de ISS	104	229
Provisão outros tributos	71	6
Provisão tributos retidos na fonte	33	-
Total	8.306	2.140

c. Diversos

	2012	2011
Provisão salários a pagar	134	94
Provisão para pagamento de férias	2.712	1.462
Provisão 13º salário	862	700
Provisão publicação	38	28
Provisão auditoria externa	81	54
Provisão consultoria tributária	70	143
Provisão manutenção e conservação	151	202
Provisão para pagamento de outras despesas administrativas	171	90
Total	4.219	2.773

17. Patrimônio líquido: a. Capital social - O capital social, totalmente integralizado, está representado por 178.256.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. **b. Reserva legal -** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reservas especiais de lucros -** Foi complementada em 30 de junho de 2012, com os lucros auferidos no 1º semestre de 2012 em R\$ 2.693 (R\$ 3.761 - 1º semestre de 2011). **d. Lucros acumulados -** O saldo dos lucros acumulados foi destinado em 31 de dezembro de 2011, em conformidade à Resolução nº 3.605 do Banco Central. **e. Dividendos -** Foi pago em 29 de junho de 2012, o valor provisionado em 31 de dezembro de 2011, a título de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1.783 (R\$ 1.217 - 2011). **18. Receita da prestação de serviços:** Refere-se a acordo de prestação de serviços com o Standard Chartered Bank (Reino Unido) pela prestação de diversos serviços para atendimento dos clientes no Brasil. **19. Despesas de pessoal**

	2012	2011
Benefícios	1.814	1.200
FGTS	3.427	572
INSS	2.245	1.613
Previdência complementar	616	309
Proventos	11.054	15.668
Treinamento	114	122
Total	19.270	19.484

20. Previdência complementar: O Banco é um dos patrocinadores da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 30 de junho de 2012, o Banco contribuiu com R\$ 699 (R\$ 309 - 2011) para o fundo.

21. Despesas administrativas

	2012	2011
Despesa de aluguéis	1.396	1.351
Despesa de comunicações	524	471
Despesa de manutenção e conservação de bens	106	62
Despesa de material	34	47
Despesa de processamento de dados	1.035	860
Despesa de propaganda e publicidade	5	25
Despesa de publicações	6	101
Despesa serviços de sistema financeiro	1.599	627
Despesa de serviços de terceiros	163	130
Despesa de vigilância e segurança	98	64
Despesa de serviços técnicos especializados	435	750
Despesa de transporte	80	81
Despesa de viagem ao exterior	392	211
Despesa de viagem no País	224	153
Outras despesas administrativas	590	347
Despesas de depreciação	45	48
Despesas de provisão operacional	190	-
Total	6.922	5.328

22. Despesas tributárias

	2012	2011
Despesas de IOF	83	121
Despesas de IPTU	72	50
Total	155	171

23. Outras despesas operacionais: Referem-se a despesas de PIS e COFINS no montante de R\$ 1.630 (R\$ 579 - 2011), despesa de ISS no montante de R\$ 844 (R\$ 1.026 - 2011) e comissão de Fiança no valor de R\$ 22 (R\$ 0 - 2011).

24. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	11.877	5.791
Diferenças temporárias / permanentes	6.252	(1.180)
Marcação a mercado - TVM e derivativos	8.177	(1.282)
Reversão provisões passivas	(6.189)	-
Provisões passivas	190	102
Outras despesas não dedutíveis	4.074	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	18.129	4.611
Alíquotas de 15% para imposto de renda e adicional de 10%	(4.520)	(1.141)
Alíquotas de 15% para contribuição social	(2.720)	(692)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(7.240)	(1.833)
Base tributável diferida	(4.507)	-
Movimentação do imposto de renda diferido	(1.127)	-
Movimentação da contribuição social diferido	(676)	-
Total da provisão diferida revertida	(1.803)	-
Total do imposto de renda e contribuição social	(9.043)	(1.833)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2012

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

25. Partes relacionadas: a. Transações com entidades do grupo - O Banco mantém negócios, em condições usuais de mercado, com o escritório de representação do Standard Chartered no Brasil, Standard Chartered Bank Representação Ltda., em virtude do processo de abertura do Banco no Brasil e do início de suas atividades. Os saldos patrimoniais são apresentados como segue:

	2012	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Cretores diversos - locação de bens móveis	-	(600)
Depósitos a prazo	(3.612)	(435)
Receita da prestação de serviços	4.022	16.885
Obrigações em moeda estrangeira	(313.710)	(1.216)
Derivativos	(1.868)	(622)
Total	(315.168)	14.012

	2011	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Cretores diversos - locação de bens móveis	-	(600)
Depósitos a prazo	(1.731)	(130)
Receita da prestação de serviços	2.028	20.258
Obrigações em moeda estrangeira	(156.088)	(165)
Derivativos	-	-
Total	(155.791)	19.363

b. Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores, foram considerados os diretores estatutários. A despesa no semestre com a remuneração dos administradores, incluindo salários e encargos, participações nos lucros e gratificações, encargos sobre gratificações, plano de aposentadoria e pensão e outros benefícios exclusivos aos diretores, monta um total de R\$ 6.661 (R\$ 4.388 - 2011). **26. Outras informações: a. Contingências -** O Banco não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária. **b. Avals e fianças -** Em 30 de junho de 2012, o Banco não possui responsabilidade por avals, fianças e garantias concedidas a terceiros. O Banco possui, em 30 de junho de 2012, uma posição de R\$ 25.000 em carta de fiança recebida para garantia de operações em Bolsa, o Fiodor é o Itaú Unibanco S.A. e o Beneficiado a BM&FBOVESPA, a comissão é de 0,85% a.a. e o prazo é de 90 dias, com vencimento em agosto/2012. **c. Acordo da Basileia -** O Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. - Banco de Investimento mantém patrimônio de referência compatível com os riscos de suas atividades, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil. O cálculo do Índice de Basileia foi efetuado de acordo com a seguinte fórmula: PR*100 / (PRE/fator F), conforme determinado pelo BACEN. Em 30 de junho de 2012, o índice do Standard Chartered foi de 21,82 (100,54 - jun/2011), o que demonstra que o patrimônio atual do Standard Chartered é suficiente para cobrir os riscos existentes em suas operações ativas, passivas e registradas em contas de compensação.

	2012	2011
Patrimônio de Referência (PR)	193.297	182.207
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	97.445	19.936
Valor Total da Parcela PEPR	61.864	6.240
Valor Total da Parcela PJUR[1]	896	143
Valor Total da Parcela PJUR[2]	17.788	3.355
Valor Total da Parcela POPR	10.198	10.198
Valor correspondente ao RBAN	1.895	482
Valor da Margem	93.962	161.789

d. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - O Standard Chartered Bank Brasil - Banco de Investimento, possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para instituições financeiras, com as quais possui essa modalidade de acordo. O montante líquido do total de créditos cobertos por acordo de compensação e liquidação de obrigações, em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 148.372, com vencimento até maio de 2017. **e. Impairment -** A Administração não reconheceu nenhuma perda por *impairment* no período. **27. Gestão de risco operacional:** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associados à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.380, o Banco conta com uma estrutura de gerenciamento de risco operacional. A estrutura adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponibilizada em nosso site, através do endereço: www.standardchartered.com.br. **28. Gestão de risco de mercado:** Está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.464/07, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de riscos de mercado. A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura seguem as diretrizes instituídas para controle de Riscos Globais do Grupo Standard Chartered. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado está disponível em nosso site, através do endereço: www.standardchartered.com.br.

A Diretoria

Celso Hissashi Maehata - Contador - CRC 1SP21972/O-4

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. - Banco de Investimento em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 23 de agosto de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC 1SP152233/O-6